

A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Jaciara de Oliveira Sant´Anna Santos (1); Marcolino Sampaio dos Santos (1); Andréia Cristina Freitas Barreto (2); Maria Gorete Pereira (3)

(1) Universidade do Estado da Bahia, E mail jaciarasantanna@yahoo.com.br; (1) Universidade do Estado da Bahia, E mail marcokerigma3@hotmail.com; (2) Universidade do Estado da Bahia, E mail andreyafreitas@hotmail.com; (3) Faculdades EST, E mail mariapereira.gorete@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho tem com objetivo analisar o processo de alfabetização de jovens e adultos no contexto da educação especial. Vale ressaltar que o Brasil apresenta altos índices de analfabetismo entre os jovens e adultos com deficiência, constituindo hoje uma ampla parcela da população de analfabetos do mundo, visto que não tiveram oportunidades de acesso à educação na idade apropriada, e pelo longo período de reclusão a que foram submetidos. A observação de turmas de alfabetização no Programa TOPA - Todo pela Alfabetização instigou essa investigação. Como estratégia de investigação adotou-se o método qualitativo, buscando analisar a prática desenvolvida pelo alfabetizador com os alfabetizados com necessidades educacionais especiais na EJA, aprofundando os conhecimentos sobre os desafios e as perspectivas dessa inclusão, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental de documentos legais (sobretudo a legislação), bem como os registros dos alfabetizadores, coordenadores e supervisor do topa, baseado nos relatórios, com o objetivo de descrever e comparar tanto a realidade presente, como do passado. Também utilizamos a observação de nove (9) turmas de alfabetização do programa em nove municípios da Chapada Diamantina - Bahia. Foi possível constatar nas análises a fragilidade das práticas alfabetizadoras no processo de alfabetização de alunos jovens e adultos e especialmente quando destinadas para os discentes com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, educação especial, alfabetização.

Introdução:

A EJA - Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, que conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Educacional – Lei 9394/96, destina-se “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Assim de acordo com a legislação os discentes para ingressarem nesta modalidade devem ter acima de quinze anos de idade.

No tocante a pessoa com deficiência, destaca-se que a educação especial também foi contemplada na reforma educacional como uma possibilidade de democratização do ensino. A LDBN 9.394/96, no Capítulo V, passou a defini-la como uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de ensino e deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, os sistemas de ensino foram orientados a assegurar currículos, métodos e profissionais para atender às necessidades desse público.

Destarte que há indícios de que a chegada de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos esteja ocorrendo de maneira mais acentuada nos

últimos anos como consequência da própria ampliação do acesso desses indivíduos ao ensino regular de maneira geral

Salientamos que apesar de a política de inclusão estar implantada em sistemas de ensino, desde os anos 90, no Brasil, visando à inclusão do público da educação especial no ensino regular comum, escolas especializadas continuam mantendo atendimento educacional a segmentos da educação especial, entre os quais, jovens e adultos. Assim, podemos afirmar que a partir da década de 90, inúmeras mudanças legais e conceituais, assentadas na defesa ao direito de todos à educação, começam a ser elaboradas pela via de programas e políticas educacionais.

Ressaltamos que um dos marcos importantes na defesa ao direito de todos à educação foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pois esta reflete as discussões realizadas sobre a inclusão de pessoas com deficiência no país. O documento configura a educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa ao direito a uma educação de qualidade e à organização de um sistema educacional inclusivo para atender à diversidade presente nas salas de aulas, do ensino regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, decorrente do acesso de pessoas com deficiência, síndromes e transtornos globais do desenvolvimento.

Quanto à política de Educação de Jovens e Adultos só nos anos 2000 que documentos nacionais e internacionais citam os direitos à educação da população da educação especial, estabelecendo interligações entre as duas modalidades de educação. O Documento Marco de Ação de Belém (UNESCO, 2010) aponta a necessidade de redução dos níveis de analfabetismo do público da Educação Especial. E o Documento Nacional Preparatório a VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos - CONFINTEA (BRASIL, 2009, p. 46) reafirma: “o direito ao acesso e permanência de educandos com necessidades educativas especiais com estrutura material, recursos didáticos, profissionais habilitados e segurança, para adequado atendimento às suas especificidades”. Desta forma, começa a ser colocada em pauta a necessária interação entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos.

Assim o objetivo dessa pesquisa é analisar o processo de alfabetização de jovens e adultos no contexto da educação especial. A metodologia utilizada baseou-se no método qualitativo buscando analisar a prática pedagógica desenvolvida pelo alfabetizador com os alfabetizandos com necessidades educacionais especiais na EJA, aprofundando os conhecimentos sobre os desafios e as perspectivas dessa inclusão, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental de documentos

legais (sobretudo a legislação), bem como os registros dos alfabetizadores, coordenadores e supervisor do topa, baseado nos relatórios, com o objetivo de descrever e comparar tanto a realidade presente, como do passado. Também utilizamos a observação de nove (9) turmas de alfabetização do programa em nove municípios da Chapada Diamantina - Bahia.

Portanto, justifica-se o tema proposto como possibilidade de analisar como vem ocorrendo o processo de alfabetização de jovens e adultos como alunos especiais, no atual contexto da educação brasileira, uma vez que a Constituição Brasileira de 1988 garante a todo o cidadão o direito a liberdade e igualdade, o que garante aos alunos com deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em nove municípios da região da Chapada Diamantina, sendo uma região de serras, protegida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, situada no centro do estado brasileiro da Bahia. Existem 24 cidades na área da Chapada Diamantina.

A escolha pela observação das práticas alfabetizadoras nessa região ocorreu pelo fato de ter assumido a coordenação de área de nove municípios (Andaraí, Iaçú, Macajuba, Mairi, Mundo Novo, Rui Barbosa, Tapiramutá e Várzea da Roça), pela unidade formadora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O papel do coordenador de área no TOPA, está relacionado à concepção de coordenação como elemento articulador / interlocutor dos processos de aprendizagem com os coordenadores de turmas, alfabetizando e alfabetizadores, na perspectiva de superar as contradições entre o pensar, o fazer e a realidade concreta, organizando a participação de todos e os meios para que as ações propostas sejam concretizadas.

Os sujeitos desta pesquisa são os professores alfabetizadores que atuam no Programa Todos pela Alfabetização. Escolhemos uma turma de cada município que tinha um ou dois alunos com necessidades especiais, totalizando onze alunos. É interessante destacar que os critérios de seleção dos alfabetizadores se reduzem ao grau de escolarização e à disposição do alfabetizador para ensinar. Em algumas localidades de difícil acesso, tornando-se aptos a serem alfabetizadores apenas com o ensino fundamental completo. Tal descrição mostra que esses alfabetizadores não apresentam um perfil para a prática pedagógica devido a falta da continuidade dos seus estudos igualmente aos alfabetizando, faltava-lhes segurança na leitura e escrita transmitida ao grupo em sala de aula e não apresentam experiência docente – fatores que comprometem a qualidade do programa.

É fato que o TOPA apresenta uma proposta pedagógica voltada para a inclusão escolar e social de educando, com possibilidades de alfabetizar pessoas de diferentes faixas etárias, visando assim, a reintegração dos mesmos nas escolas e os estimulando à volta aos estudos. Quanto aos alfabetizados com necessidades, na percebemos nas observações uma prática diferenciada, ficando os mesmo voltados mais para o processo de integração. Boaventura de Sousa Santos afirma que “Temos o direito de ser igual, sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes, sempre, que a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS, 1996).

Nesse sentido, no que concerne aos direitos das “pessoas com deficiência” ou com “necessidades especiais de aprendizagem”, como são tratadas até muito recentemente – preferimos nos referir aos “direitos das pessoas de serem diferentes e semelhantes” –, há que se garantir a defesa da educação inclusiva e de boa qualidade, que não apenas integre, mas que de fato inclua o educando (a) na sua totalidade, assegurando-lhe condições de aprendizagem, participação e trocas. Há que se valorizar também suas potencialidades, valendo-se do uso de estratégias.

Inicialmente, realizamos a revisão bibliográfica voltada a entender as raízes históricas da EJA e da educação especial em nível federal e estadual. E também a análise dos documentos oficiais do topa e a legislação da EJA e da educação especial. De acordo com o Parecer CNE/ CBE n. 11/2000 (BRASIL, 2000), a EJA “representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela” e, ainda, que “ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea”. Em virtude destas condições, o documento enfatiza as funções da EJA, definindo-as como reparadora (acesso aos bens culturais aos quais os sujeitos deveriam ter tido na idade própria, por meio de um ensino de qualidade), equalizadora (pretensão de atingir toda a classe trabalhadora que não teve acesso à educação na idade apropriada, permitindo desenvolver suas habilidades e ampliar suas participações no mercado de trabalho) e qualificadora (ou permanente, cujo objetivo é garantir a educação continuada para a formação de uma sociedade educada para o progresso). Também procuramos analisar a definição do MEC “... considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento (...). Os alunos com altas

habilidades/superdotação (...). (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007).

A inclusão escolar tem amparo legal, mas ainda suscita preocupação nos professores em função da complexidade das situações por eles enfrentadas no dia a dia acerca do atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais que precisa ter, além de seu direito garantido, qualidade nos serviços ofertados, respeitando as especificidades de suas necessidades, evidenciando suas potencialidades.

Nas observações das turmas, verificamos que as atividades são planejadas sem levar em consideração o nível da turma e que o aluno com necessidade especial fica a margem do trabalho pedagógico. Percebemos um grupo de alfabetizadores desmotivado, descrentes de qualquer possibilidade de um trabalho contextualizado com a concepção do programa. Observa-se a falta de um ambiente alfabetizador e uma prática pedagógica bastante tradicional, voltada para cópia de sílabas soltas.

Resultados e Discussão

Para analisar os dados da pesquisa foram utilizados os relatórios e as fichas de acompanhamento dos alfabetizadores dos registros da prática pedagógica, durante os oito meses do programa.

Os resultados obtidos expõem algumas dificuldades e desafios que ainda persistem na educação de jovens e adultos com deficiência, entre elas: dificuldades do sistema de ensino em viabilizar a permanência do portador de necessidades educacionais especiais, na escola.

Podemos destacar grandes desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos, que perpassa da formação do alfabetizador até a continuidade dos estudos e a integração a formação profissional dos alfabetizandos. Na educação do trabalhador, a integração da EJA à formação profissional é essencial. O alfabetizando que deixa de utilizar o que aprendeu regride ao analfabetismo. Como afirmou a professora Francisca Elenir Alves, coordenadora do TOPA, numa entrevista a Moacir Gadotti e Ângela Antunes (ALVES, 2014), na Secretaria da Educação, em abril de 2014, “para que serve alfabetizar jovens e adultos se não conseguimos garantir a continuidade dos estudos”?

Nas observações das turmas, verificamos que as atividades são planejadas sem levar em consideração o nível da turma e que o aluno com necessidade especial fica a margem do trabalho pedagógico. Percebemos um grupo de alfabetizadores desmotivado, descrentes de qualquer possibilidade de um trabalho contextualizado com a concepção do programa. Observa-se a falta de um ambiente alfabetizador e uma prática pedagógica bastante

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tradicional, voltada para cópia de sílabas soltas. De acordo com as Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2010), essa modalidade de ensino apresenta uma proposta de se trabalhar os conteúdos e metodologias adaptadas à realidade dos alunos, de forma que os envolva na sociedade ativamente. Essa proposta inclui, além da aquisição da leitura e escrita, a formação humana, a valorização da diversidade e a construção da cidadania. Segundo o relato de duas alfabetizadoras, elas fazem o planejamento com a orientação da coordenadora, tentando contemplar as especificidades de seus alunos com necessidades especiais e considera momentos de trocas de experiências.

Nas observações realizadas na turma do município de Rui Barbosa, percebemos que as aulas são dinâmicas e envolventes as quais possibilitaram a participação de toda turma. Percebe-se também um ambiente alfabetizador propício para o processo ensino aprendizagem, uma vez que em todas as observações encontramos material pedagógico exposto (cartazes, abecedário...); os alfabetizandos recebem orientações no desenvolvimento das atividades e utilizam o livro didático. Portanto, ser educador da EJA ultrapassa a transmissão de conhecimento, de ingestão de informações, sem transformar em conhecimento. Para Freire (1996) na práxis emancipadora, ser educador é um ser construtor de conhecimento que leva a emancipação, a prática cidadã.

Em contrapartida ao analisarmos as condições de trabalho dos/as alfabetizadores/as, dos demais municípios, notamos a precariedade na qual alfabetizam. É preciso investir na formação desse profissional, pensar no contexto da EJA com responsabilidade social, estabelecendo objetivos, metas, investimento, formação, qualificação do professor.

De acordo com Gadotti e Romão (2011, p.16):

É preciso investir na formação continuada do professor. É fundamental reafirmar a dignidade e a “boniteza”- como dizia Paulo Freire “- dessa profissão, diante da desistência, da lamúria, do desânimo e do mal estar docente, provocado pela exaustão emocional, pela baixa auto-estima e pelo pouco reconhecimento social dessa profissão. Ao lado do direito do aluno aprender na escola, está o direito do professor dispor de condições de ensino e do direito de continuar estudando.

O desafio da formação do educador deve considerar as condições de ensino, de material físico, pedagógico e humano. Há que se criar um ambiente de aprendizagem também para esse educador, um ambiente que estimule a busca pela a aprendizagem, pela pesquisa, sendo necessário que ofereça espaços em que esse educador possa refletir sua prática e construir sua práxis, espaço e tempo para aprender, pois o professor também aprende.

É Arroyo (2006, p. 28), que nos traz elementos para refletir acerca da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial como campos que vão emergir na medida em que desenvolvamos esse olhar sobre a educação como direito social de todos os seres humanos:

Se pretendemos reconfigurar a Educação de Jovens e Adultos, teremos que começar por reconfigurar a estreiteza com que vem sendo equacionado o direito à educação em nossa tradição política e pedagógica. O embate tem de se dar no campo do alargamento dessa estreita concepção dos direitos sociais, humanos. A história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos. [...] Teimar em reduzir direitos a favores, à assistência, à suplência, ou a ações emergenciais é ignorar os avanços na construção social dos direitos, entre eles à educação de jovens e adultos.

Podemos reconhecer com base no autor, que a Educação Especial, representa um impacto relevante a ação dos movimentos de defesa dos direitos dos indivíduos com deficiência. Quanto às observações realizadas nas turmas com os alunos com necessidades especiais, percebemos que apenas um demonstra que já está dentro de suas limitações, ele faz relação da escrita através de personagens ou gravura que lhes chamem a atenção. O perfil dos demais alunos é de extrema dificuldade na aprendizagem.

Nesse sentido ao pensar na inclusão do aluno com necessidade educacional especial na EJA, deve-se ter a mesma preocupação. Afinal, este aluno também possui uma experiência de vida e concepções construídas nesta experiência.

De acordo com Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*:

[...] de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. (FREIRE, 2011, p.50).

Em razão disso o aluno com NEE acredita ter uma dificuldade de aprendizagem maior que a real, isto ocorre, pois este aluno é constantemente desencorajado pela sociedade que o vê como um coitadinho, que vai precisar sempre de ajuda para realizar as tarefas do dia a dia e escolares. O indivíduo com necessidade educacional especial é capaz de aprender, necessitando de estratégias diferenciadas que favoreçam sua aprendizagem.

Conclusões

Os resultados obtidos na presente pesquisa revelam a fragilidade das práticas alfabetizadoras no processo de alfabetização de alunos jovens e adultos e especialmente quando destinadas para os discentes com deficiência intelectual. Apesar de ser inquietante,

não é surpresa e só vêm confirmar a hipótese de que, provavelmente, esses profissionais sequer tiveram a oportunidade de discutir a respeito da inclusão escolar durante o curso de formação.

A falta de formação específica não surpreende, porém, preocupa, já que o grupo a ser atendido, já excluído do sistema educacional em algum momento da vida ou privado do seu direito à educação em idade apropriada, possui características próprias e especificidades que demandam do educador um olhar e uma postura diferenciados. Fica evidente que a formação do professor alfabetizador é um dos grandes desafios enfrentados, mais que precisa ser encarado com responsabilidade pelo poder público, pois não basta só oferecer uma formação inicial de 24h e uma continuada de 16h para que o professor alfabetizador esteja apto no exercício da docência. Percebemos que as relações sociais estabelecidas, muitas vezes são determinadas pelo poder econômico, sendo que ele é determinante na condução de políticas públicas e que, ao tentarem refletir os anseios da maioria da população em sua teoria, afastam-se, na prática, de ações inovadoras.

Reafirmamos que a formação de professores para a EJA é essencial para que haja uma educação de qualidade, pois somente desta maneira o educador será capaz de elaborar didáticas que resultem bons desempenhos em sala de aula. Evidenciamos a complexidade da inclusão escolar numa sociedade ainda tão excludente, assim é fundamental a reflexão sobre a prática pedagógica do educador que vivencia diariamente os desafios da inclusão no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Torna-se urgente pensar e indicar caminhos possíveis para superação das dificuldades e obstáculos postos.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzales. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia e Gomes (org.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2006. (p. 19 – 50).

BRASIL. Parecer CNE n ° 11/2000? CEB. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**

_____. **Decreto N° 7.611.** Brasília: Ministério da Educação, 17 de novembro de 2011.

_____. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI CONFINTEA.** Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 256 p.: il.: v. 2

_____. MEC/SEE. **Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEE/MEC, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 50ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação e Mudança**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; Romão, José E. (org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 12 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Alves, Maria Elenir (org). **TOPA: Todos Pela Alfabetização**: Bahia 2007-2014. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

SOUZA, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1996.